

A (des)informação nos processos democráticos: o papel das mídias nas campanhas eleitorais de 2018 no Brasil¹

Flávia de Oliveira Moreira Olaz²

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Este trabalho trata sobre o papel das mídias nas campanhas eleitorais em 2018 no contexto democrático brasileiro. Buscou-se analisar o uso de novas mídias digitais que permearam o processo eleitoral e o papel que as redes sociais tiveram no modelo usual de campanha, que foram alteradas por essas transformações. A disputa entre candidatos nos formatos tradicionais foi modificada pelo uso dessas mídias para atingir e informar milhares de pessoas de modo instantâneo. Para melhor compreender esses processos, realizou-se revisão bibliográfica a partir de autores como Bauman, Bourdieu e Castells sobre conceitos de modernidade, Estado, internet e as mídias. Esse estudo possibilitou a discussão de uma nova reconfiguração nos modos de fazer campanhas e reforçou a necessidade de participação dos cidadãos nos processos eleitorais e midiáticos.

PALAVRAS-CHAVE: campanhas eleitorais 2018; democracia; informação e desinformação; mídias tradicionais e digitais.

O século XXI, de constante transformação e efervescência no meio político e das modernidades comunicacionais, não consegue passar despercebido aos olhos de cientistas sociais, filósofos, politólogos e principalmente pelos cidadãos. O campo da política é atravessado por inúmeras questões, que colocam em evidência discussões sobre Estado, democracia, governabilidade, problemas sociais e, também, de comunicação.

As inovações tecnológicas marcam este século, por criarem mecanismos que possibilitem a participação democrática mais ativa entre o Estado e os indivíduos. Com as relações cada vez mais volatizadas e o encurtamento das distâncias, há uma tensão nas formas de administrar e controlar processos decisórios ao mesmo tempo em que os espaços de discussão se tornam mais acessíveis e democráticos. De acordo com Bauman, autor da modernidade, há um caminho entre o individual e o coletivo:

O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política.

¹ Trabalho apresentado no GP – Políticas e Estratégias de Comunicação do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 02 a 07 de setembro de 2019.

² Mestranda do Curso de Comunicação Social da PUC-Rio, bolsista CAPES, e-mail: flaviamoreira.mestrado@gmail.com

Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro (BAUMAN, 2001, p. 12)

Toda e qualquer sociedade está imbricada em relações de processos e decisões que incidem diretamente na vida das pessoas. Aos cidadãos por terem direito ao voto cabem direitos e deveres, já a normatização/fiscalização cabe ao Estado. Assim, a democracia tratada aqui é a brasileira, da Constituição Federal de 1988, a qual as orientações a serem seguidas são como uma espécie de “norma” que rege a nação.

O Brasil, palco de inúmeros acontecimentos políticos, encontra-se em constantes mudanças, e mesmo como país democrático, após acontecimentos passados, vivencia um período de instabilidade governamental. Já na segunda década do século XXI, presenciou-se o fim de um governo de coalisão, o que desestabilizou o modelo democrático brasileiro e, com isso, as eleições de 2018 se tornaram mais instáveis e emblemáticas em relação às anteriores. Com essas características, não era possível mensurar se haveria retrocesso e se a própria democracia sobreviveria ao processo eleitoral. Outubro, mês das votações, é um dos marcos mais importantes na história democrática brasileira, estabelece-se a batalha de candidatos à presidência, os partidos que antes tinham domínio sobre seus possíveis nomes na candidatura e que eram fortes concorrentes, passaram ou estiveram sob acusações de escândalos na máquina democrática.

Diante desses entraves, devido ao modelo de democracia de coalisão no governo Lula e da supressão de direitos no governo Temer, une-se ao sistema de governabilidade a manutenção de políticas públicas e abertura do mercado de capital. Diante disso, surge desse processo uma deturpação do que é democracia, e nem mesmo os partidos e governistas ao pleito conseguem ter uma definição clara de quais são as decisões a serem tomadas em relação a alianças, legendas partidárias, colocando em declínio o processo eleitoral de 2018.

Com a concorrência e a imagem dos políticos, surge naquele momento a corrupção apontada na maior parte das pesquisas quanto à descrença dos cidadãos em relação a candidatos e partidos, pois os envolvimento em escândalos comprometeram os possíveis representantes cujo dever é promover o bem comum em prol da sociedade. Em meio ao caos político, grupos e organizações buscaram nos movimentos sociais, nos protestos, uma forma de demonstrar o descontentamento pelas deliberações e administração da máquina estatal frente aos acontecimentos que afetam a vida dos indivíduos e dos grupos. Isso ocasionou uma onda de

ingovernabilidade no país. A mesma democracia, que poderia ser a solução e um caminho mais justo, passou a ser alvo de enfrentamento e de confronto diante das camadas sociais, que apelavam por justiça na execução e no dever do Estado de promover o bem-estar social e que garantisse uma disputa transparente.

Além de “estar nas mãos” do papel do Estado e da democracia, a sociedade civil se viu à mercê de campanhas políticas, principalmente as veiculadas nas mídias, seja em programas de televisão, seja em plataformas digitais, onde ao mesmo tempo em que há abertura para o discurso, há também uma gama de publicações ora falsas ora passíveis de julgamentos. Com a disseminação de *fake news*, tornou-se difícil identificar fatos verídicos ou falsos, porém quando a mesma chegava até o eleitorado, reverter as suas implicações era um desafio para jornalistas, por exemplo. Segundo Spinelli e Santos (p.5, 2017), “Os sites que difundem notícias falsas mantêm-se firmes na produção de conteúdos graças aos cliques da audiência, e a divulgação de *fake news* acaba sendo incentivada pela publicidade”. Nesse aspecto, a importância das notícias que chegam aos eleitores deve ter maior transparência. Com a clareza das informações, as chances de compreender os processos políticos/eleitorais e de tomar a melhor decisão são fundamentais para a democracia de um país.

Em sentido histórico, existiam diferentes disputas e representações de partidos e de personalidades políticas no Brasil, já nas eleições de 2018 dificultou-se a mensuração do caos político com tantas indefinições de possíveis candidatos à campanha presidencial. Conforme as legendas partidárias se organizavam, não se definia a escolha de alianças e formas diferentes de governar. Sob forte sustentação de que a corrupção seria um dos principais problemas, a falta de participação do cidadão nos processos de escolha, a fraca representação do Estado e a desinformação, nessa conjuntura, enfraquecem as estruturas democráticas e põem a continuidade e a sobrevivência da democracia brasileira em incerteza e desconfiança. O Brasil não tem tradição histórica na participação do cidadão, o que possibilita maiores impedimentos nos avanços democráticos para a construção e melhora dos processos eleitorais, que poderiam garantir mais legitimidade e transparência nas decisões.

Democracia, mídias e eleições 2018

Nas eleições diretas, período de redemocratização, para o cargo de Presidente da República com Fernando Collor de Mello, em 1990, sucedeu-se aclamação de *impeachment*, e o mesmo renunciou em 1992 sob acusação de corrupção. Segundo Leal Filho (p. 38, 2006), “Um dos maiores atentados à verdade da história da televisão brasileira é a edição do debate

Collor-Lula, mostrada no Jornal Nacional do dia 15 de dezembro de 1989.”, na Rede Globo. Anos mais tarde, conforme Albuquerque (p. 4, 2013), “a emissora teria decidido não mais apresentar versões editadas de debates em futuras eleições.”

O expressivo governo popular de Luiz Inácio Lula da Silva, que governou de 2003 a 2010, também esteve sob investigação de corrupção; após seu governo, Dilma Rousseff, governou o país até 2016, momento em que sofreu processo de *impeachment*. A deposição foi contestada por diversos grupos como um golpe jurídico parlamentar a uma presidente democraticamente reeleita. Com isso, o país entra em declínio nos âmbitos econômico, político e social e impede debates institucionais para o avanço da democracia após esses desdobramentos. Conforme Glasenapp e Farias (p.88, 2016), “para realizar o julgamento do Presidente da República nos casos de crimes de responsabilidade é o Senado Federal, sendo o mesmo presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal na sessão de julgamento.” De acordo com o artigo 52 da Constituição Federal:

Compete privativamente ao Senado Federal: I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (C.F. 1988)

Nesses meandros presidenciais, o cenário político brasileiro, após anos de ditadura, evoluiu para um processo democrático de libertação e de maior autonomia nas decisões políticas, mas também esteve acompanhada de inúmeros processos de corrupção e uma disputa para as campanhas apoiadas não somente em partidos políticos e seus militantes, mas também nas mídias. Se antes poderíamos dizer que o rádio e a televisão eram pioneiras na divulgação e apoio a candidatos, em era informacional as mídias e plataformas digitais ganham público nas diversas redes midiáticas e dão espaço a diversas visibilidades.

Com o avanço tecnológico, é impossível não prever campanhas que estejam atreladas e pautadas nas mídias, pois elas conseguem atingir um número representativo de possíveis eleitores. Sabe-se que o processo eleitoral no Brasil é um dos mais avançados em termos de transparência, por ter adotado o uso de urnas eletrônicas, que agiliza a contagem de votos e torna o pleito mais transparente, que serve de modelo a outras formas democráticas de poder. Desse modo, as mídias entram com um papel de mediador entre candidatos e eleitores, e por meio de plataformas, postagens e apoios conseguem entrar “na casa dos cidadãos sem precisar bater à porta”, como fazia-se em campanhas anteriores.

Existe, nesse universo, a preocupação em relação ao eleitor, pois ele pode interagir livremente nas plataformas e colocar-se como um ator efetivo na rede. A rede pode ser

entendida, segundo Manuel Castells (p.7, 2003), “como um conjunto de nós interconectados.” Para o autor, as redes possuem flexibilidade e são de fácil adaptação em um ambiente mutável.

Por essa razão, as mídias tradicionais precisam se remodelar frente aos avanços trazidos pela internet e a mudança na forma como as campanhas costumavam comunicar. Conforme, Castells (p.8, 2003), “a internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global”. É importante ressaltar a relação que se faz com o uso da internet e suas aplicações nas práticas democráticas:

A internet armazena informações, junta pessoas geograficamente distantes, é aberta para iniciativa de qualquer ator político, admite um volume imponderável de pessoas em torno de uma mesma ação política. Além disso, nela o desenvolvimento de projetos é mais barato do que quando comparado a métodos analógicos e off-line, o engajamento em atividades políticas é menos custoso, uma vez que não exige a presença e, muitas vezes, também não exige um envolvimento duradouro com a política. (Almada, Carreiro, Barros e Gomes, p. 2, 2018)

Já para os modelos tradicionais de mídia, o crescimento das tecnologias e da internet tem surtido efeitos, que podem modificar as estruturas antes tidas como dominantes no repasse e no controle da informação. De acordo com Santos e Spinelli:

as empresas de comunicação enfrentam grandes desafios para sustentar seu modelo de negócios diante do crescimento da internet. A mudança cultural posta pelas novas tecnologias fortalece um movimento em que o jornalismo perde o monopólio da novidade, da produção e da disseminação da informação. Novos personagens aparecem para disputar o cenário da informação, num processo em que cada cidadão se torna criador de conteúdo (p. 6, 2017)

Com as mídias digitais, o candidato agora pode discursar e se colocar à disposição de um diálogo via interface digital com seu possível eleitor. Nesse aspecto, como um processo democrático, que leva anos para ser construído, consegue manter seu controle e domínio sobre quem diz e quem faz o que durante o processo eleitoral nas mídias digitais? Outra mudança significativa é que financiamentos de campanha possam ser autorizados, empresas ou doadores também podem participar das deliberações partidárias de forma indireta e isso pode causar divergências em relação à transparência desses fundos (sua origem e intenções).

O Estado, com seu dever de proteger, assegurar garantias para uma democracia igualitária, fica sob a égide de uma luta implacável das mídias na guerra da/e pela informação nessa batalha de colocar candidatos no poder. O cidadão, que através do voto consegue legitimar todo esse processo no dia da eleição, recebe notícias oficiais e falsas, onerando, portanto, a decisão dos votantes. Embora existam as agências de checagem como a Lupa (a

primeira agência especializada em *fact-checking* do país), é necessário muito trabalho para evitar que a “desinformação” chegue até o eleitor.

Conforme Bourdieu, em um de seus cursos definiu entre os muitos aspectos que o Estado:

pode ser definido como um princípio de ortodoxia, isto é, um princípio oculto que só pode ser captado nas manifestações da ordem pública, entendida ao mesmo tempo como ordem física e como o inverso da desordem, da anarquia, da guerra civil, por exemplo. Um princípio oculto perceptível nas manifestações da ordem pública, entendida simultaneamente no sentido físico e no sentido simbólico. (p. 30, 1990)

Para O’Donnell seu entendimento sobre definição de Estado, em sentido das análises de conceituação weberiana:

É uma associação com base territorial, composta de conjuntos de instituições e de relações sociais (em sua maioria sancionadas e apoiadas e apoiadas pelo sistema legal desse estado) que normalmente permeiam e controlam o território e os habitantes que esse conjunto delimita. Essas instituições têm o monopólio na autorização legítima do uso da coerção física e normalmente tem, como último recurso para efetivar as decisões que tomam, supremacia no controle dos meios de coerção sobre a população e o território que o estado delimita. (p. 66, 2011)

Nas últimas administrações presidenciais, o país esteve sob as mãos de governos de base popular. Este tipo de governo tem em seu papel diminuir as desigualdades sociais, promover e incluir ações afirmativas, retirar as pessoas da margem da pobreza e fazer com que todos consigam ter o mínimo de condições de acesso aos serviços básicos de saúde e educação.

Nesse sentido do viés capitalista, não se pode sustentar as políticas de minorias sem abarcar: abertura, financeirização e a implicação de dívidas com o mercado de capital. No governo do Partido dos Trabalhadores (PT), tentou-se implementar essas políticas, mesmo com a pequena e significativa melhora na economia, elas não foram sustentadas para o longo prazo, recaindo na política de reconciliação, não havendo mudanças na reestruturação de reformas de base, desencadeando no país uma crise econômica. A crise e os interesses político-econômicos, assim como a corrupção, são capazes de depor um presidente eleito, provocando uma conjuntura de instabilidades como cassação de mandatos, golpe à democracia e prisões políticas.

Diante desse cenário, a democracia brasileira entra em um processo de fragilização e fragmentação, em que os direitos de 1ª e 2ª geração não conseguem se suplantar e se complementar. Com isso, ao suprimir os direitos de primeira geração (proteção do Estado), os de segunda se veem deficitários, no caso da saúde, educação, moradia, no Brasil, em que a democracia é considerada recente, diferente de outras nações.

Na conjuntura política da era Vargas, os direitos de segunda geração foram significativos, trazendo a CLT como um dos marcos e conquistas para a classe trabalhadora. Esse mesmo direito sofreu diversas mudanças com a reformulação da Reforma Trabalhista, que foram aprovadas durante o governo de Michel Temer. Essa situação desencadeia em um retrocesso de direitos anteriormente adquiridos, pois um governo democrático é aquele que delibera por melhorias. O que ocorreu foi instabilidade financeira, falta de recursos, déficit das políticas públicas, desemprego e na eleição de 2018 instalou-se governos indecisos. Com isso, a sociedade enfraquece diante da falta de emprego, da perda de direitos, e passa a atuar no processo eleitoral como sujeitos invisíveis e não atuantes, une-se a isso a (in)definição de candidatos que iriam governar sem ter propostas que assegurassem suas garantias.

Nesse contexto, a apatia política é um dos maiores lemas na história democrática, porém cabe observar as sondagens, vigilância por interesses de partidos e mídias, que veem nos cidadãos uma forma de legitimar o controle da nação. Ressalta-se que as grandes conquistas sempre foram pautadas em lutas, de sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e a coletividade, nesse caso, pode ser decisiva para não ficar refém da passividade.

Há nesse sentido, a importância do movimento social, que para Tilly é:

uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso. [...] Esta definição específica exclui as reivindicações coletivas de poderosos em relação a poderosos, esforços coletivos para se evadir ou se auto-renovar e alguns outros fenômenos próximos que, de fato, compartilham características importantes com as interações que estão dentro das fronteiras. Nós nos concentramos nas relações dominantes-subordinados baseados na hipótese de que o confronto que envolve uma desigualdade substancial entre os protagonistas tem características gerais distintivas que ligam movimentos sociais a revoluções, rebeliões e nacionalismos de base popular (bottom-up). (McAdam, Tarrow, Tilly, 2009:21)

Os movimentos sociais, que resistem ao levantar bandeiras para amplificar suas vozes de suas opiniões e descontentamentos, são recebidos com violência nas ruas em atos políticos, e, mesmo com poucos recursos, conseguem reforçar a luta por direitos e requerer uma posição a favor das classes minoritárias por meio de mídias sociais, as quais dão visibilidade às suas causas. Conseguem-se, assim, mobilizar pessoas e enfrentar as dificuldades impostas por uma democracia desigual.

A campanha presidencial se fundiu e se confundiu com os processos históricos anteriores, mas também atuais. Os alvos de todas as difamações são de questões que reafirmam a corrupção cometida por políticos, partidos e pessoas ligadas a grandes corporações que

assolam todo um processo eleitoral. Todavia, não é apenas isso que consegue fragmentar uma democracia, existem outros fatores como as mídias que intensificam as notícias com essa temática. O cidadão não tem senão através delas a informação de que os problemas no país passam pela corrupção.

A corrupção não é o único fator que afeta a democracia de um país, pois a limitada participação ativa dos cidadãos nos processos eleitorais dificultam um processo democrático saudável, ausência de melhores condições na educação e de entendimento político fazem com que as pessoas deixem de se interessar por política e entregue a nação nas mãos de partidos e políticos, que muitas vezes não executam suas promessas ou projetos de campanha.

Nesse caso, não questionar como são gerenciadas as deliberações, sejam elas econômicas, sociais, culturais, é deixar que os seus representantes atendam seus próprios interesses. No entanto, as eleições de 2018 entraram em um momento conturbado, diferente e sem saber o rumo a ser seguido politicamente. Dessa forma, os candidatos não conseguiram ter certeza de sua candidatura, mais especificamente no caso das indicações dos partidos ao maior cargo: o de Presidente da República.

O país enfrentou momentos de ameaça, em que um ex-presidente, aparecia em primeiro lugar nas pesquisas para o cargo de chefe do executivo, era forte concorrente e teve sua prisão decretada em abril de 2018. Com isso, a legitimidade da sua candidatura foi impedida por decisões na esfera judicial, que o levou a uma prisão política. Após inúmeros acontecimentos, durante as campanhas na mídia, o país se encontrou democraticamente ameaçado sob a forte influência de possíveis frentes governistas que não veem suas lideranças e lutas a favor do povo. A democracia para Dahl (2001, p. 59), colabora e evita que haja governos autocráticos e corruptos, o autor afirma que “O problema fundamental e mais persistente na política talvez seja evitar o domínio autocrático.” Com isso, denota-se o avanço no retrocesso político do país e ameaça no estado democrático de direito momento que fragiliza a democracia brasileira.

As mídias: tradicionais e digitais nos processos eleitorais

Com base nos aspectos eleitorais e ao uso das mídias para alavancar campanhas e sair à frente das pesquisas, existe a necessidade de compreender as mudanças que os processos históricos tiveram quando um partido, um candidato está no pleito de uma campanha presidencial ou outras que tenham como motivo a eleição.

A mídia tradicional sempre esteve com a chave da publicidade de campanhas eleitorais, umas dando espaço e tempo maior a determinados candidatos, mais precisamente os aparatos

como a TV e o rádio, em que as audiências aumentavam no horário nobre, principalmente no Jornal Nacional. As disputas por espaço nesses veículos foram constantes e os motivos de discordância, lugar de discursos e de aparições que poderiam convencer o eleitor da sua fala e das suas promessas inflamavam os debates.

Em virtude dos acontecimentos e desenvolvimentos tecnológicos, torna-se difícil falar de eleições sem levar em conta o alcance que as mídias digitais têm e de como as plataformas conseguem aplacar os mais variados tipos de públicos e classes sociais em um país ainda considerado desigual, mas que tem significativo acesso a essas redes de informação.

Atualmente não só a televisão e o rádio conseguem levar a informação; redes sociais como *facebook*, *instagram*, *twitter* permeiam a vida de jovens, adultos e idosos, ou seja, não se tem restrição de quem se quer atingir com as campanhas. Alguns partidos políticos são mais efusivos com o uso dessas mídias, como por exemplo o PCdoB da candidata Manuela D'Ávila, que faz o uso de redes sociais para divulgar seus projetos, bem como de forma enfática o candidato Jair Bolsonaro, atual presidente, conhecido pelas grandes polêmicas nas redes sociais. Este é o usuário/candidato que mais se utiliza das plataformas e afirmava que iria fazer uso e que não tinha a pretensão de aumentar seu tempo na TV durante sua campanha. Na discussão das alianças, o espaço destinado às legendas partidárias poderia sofrer um déficit de enfrentamento nas redes de televisão, pois quando o candidato opta por não as fazer, não tem, com isso, o aumento do seu tempo de exposição televisiva, que para tal não seria definitiva para não ganhar as eleições, no caso do atual chefe do executivo. No entanto, há um destaque para matéria do Jornal Valor Econômico, em que Bolsonaro relembra o triunfo das eleições nos Estados Unidos, quando Donald Trump vence Hillary Clinton e é eleito presidente, também utilizando a internet como estratégia de campanha:

“Não farei acordo com o diabo para ter tempo de TV”, disse. Para o deputado, sua maior mídia de campanha é a da internet. “Propaganda hoje é feita com isso aqui [mostrando um celular]. Tivemos o exemplo nos Estados Unidos, ninguém acreditava no Trump, mas ele ganhou.” (Matéria Valor Econômico, 2018)

De acordo com essas representações, muitas foram as mudanças nas estratégias de campanha eleitoral e no modo como os candidatos se beneficiaram das mídias. De certo modo, as mídias digitais têm um papel importante no avanço do papel social e democrático, pois há mais abertura e espaço para a pluralidade de fala, transparência na busca de dados e projetos que foram ou não realizados pelos candidatos, assim como as propagandas negativas de seus partidos e de ficha limpa, que muitas vezes são expostas por usuários da rede, cidadãos comuns.

As mudanças no cenário político são inegáveis, haja vista que a democracia está sob constante questionamento. Como os meios de comunicação mudaram, a forma de fazer política também mudou, alguns candidatos e partidos tentam acompanhar a era tecnológica, outros tentam continuar com o modelo tradicional e se pautar nas mídias televisivas e de rádio, as quais ainda possuem legitimidade perante os eleitores e forte influência midiática e dados relevantes na audiência.

A chegada das novas mídias possibilitou maior abertura nos processos eleitorais e na exposição das demandas políticas e sociais. Os candidatos que se apropriam desses meios, movimentos sociais e diversas classes sociais conseguem, por meio de conta pessoal no *facebook*, entre outras, expor sua opinião. A opinião, nesse caso, tratada por Bourdieu, é tida não como opinião pública, e sim como opinião publicada - tomada pelo cidadão por aquilo que a mídia veicula. Já para Gabriel Tarde:

A opinião, diremos, é um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos, os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade. (p.63, 2005)

Essas opiniões consideradas de massa transpõem-se de passivas a ativas com os processos tecnológicos, ou seja, o sujeito também passa atuar e opinar de forma significativa. Nesse sentido, a internet se configurou como um papel fundamental nas eleições de 2018 e foi, em parte, decisiva para os candidatos. Contudo, não se pode ignorar que as mídias sociais foram expressivas nas batalhas eleitorais e informacionais, bem como as mídias tradicionais. Isso não afastou a ideia de obsoletização dos meios eletrônicos durante as campanhas, mas sim reforçou o uso dos variados tipos de mídias.

A participação popular se torna intensa quando o cidadão sai do papel de passivo, como muito foi questionado em processos eleitorais anteriores, e passa para um papel mais ativo, de maneira que por meio das mídias digitais os atores sociais possam acompanhar discussões e possivelmente interferir cada vez mais nos processos eleitorais. Com buscas na internet e publicações pode-se identificar os candidatos que se propõem a governar o país e quais são as suas intenções. Porém, nem sempre é possível legitimar o que é exposto na rede, devido à grande circulação de *fake news*, mas, com a preocupação pela verdade jornalística, as agências de checagem no Brasil têm aumentado, o que acaba colaborando para uma relativa segurança das informações.

O cenário político para as eleições de 2018 passou por um processo de instabilidade constante, houve concorrentes que cogitaram um possível lançamento de campanha, mas que

acabaram por declinar e ir em frente com a oficialização de um nome dentro do partido e diante do eleitorado. Com isso, alguns desses nomes possuem as mais variadas ligações com a sociedade civil, desde o desempenho de um papel político até a possibilidade de eleger um caricato apresentador de televisão. A conjuntura passada não conseguiu direcionar os nomes para suas legendas tampouco se comprometer com alianças e parcerias. Dessa forma, todos os passos travados vão ao encontro de um futuro de incertezas, os quais a nação esteve e se encontra sob inteira fragilidade.

Para vislumbrar o comparativo temporal dos cenários entre os pré-candidatos à presidência da república, segue-se a atualização até o dia 1º de agosto de 2018 - Saída dos candidatos, conforme fonte BBC Brasil: Luciano Huck, Apresentador de TV, Joaquim Barbosa, Ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Michel Temer (MDB), ex-Presidente da República, Fernando Collor (PTC), Senador das Alagoas, e Flávio Rocha (PRB), empresário. Os candidatos que tiveram sua saída declarada antes da oficialização de suas candidaturas estiveram entre as mais variadas esferas, pública e privada, contando com representante da televisão em um canal como a Rede Globo de Televisão, uma das maiores detentoras do controle midiático no Brasil. Segue-se um representante da esfera judicial, aliado ao enfrentamento da representatividade do Estado diante dos concorrentes, uma ex-presidente que teve seu mandato sofrido processo de *impeachment* e também de um empresário ao qual as relações de corporativismo estão intimamente ligadas à personalidade em questão. Nas disputas eleitorais para a presidência, anterior à saída desses possíveis candidatos, a fonte Ibope havia divulgado a sondagem para a campanha presidencial em que o levantamento apontava o favoritismo de Lula em 47%, conforme números em abril de 2017.

Os panoramas também compreenderam possíveis candidaturas, que ora substituíam ora incluíam pretensos candidatos ao longo das disputas, como se demonstrou nas informações da fonte Ibope, em 28 de junho, pela agência de notícias UOL em que se revelaram cenários dos candidatos à Presidência da República. Para um melhor entendimento e compreensão das mudanças durante os meses que antecederam as eleições de 2018, é possível consultar notícias nesses sites para constatar as alterações percentuais, permanência e saída de candidatos para verificar a atualização à época de dados detalhados sobre essa dinâmica, na qual se constatou a indecisão dos partidos nas indicações oficiais do pleito presidencial.

Com a ascensão da internet, que para Castells (p. 8, 2003) “é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global” e, conseqüentemente, o uso das redes sociais pelos candidatos tiveram

influência nos processos eleitorais. Mesmo assim, as mídias eletrônicas como rádio e TV também atuaram como fortes influentes na disseminação da informação. Isso se deu pelo alcance em audiência e por abranger grande parcela da sociedade. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e fonte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a televisão aberta atinge 98% da população e tem os telespectadores, que ainda utilizam esse meio para se informar, principalmente porque assistem telejornal seja diariamente seja esporadicamente. O Jornal Nacional da Rede Globo, rede que mais concentra audiência, e também um dos telejornais em que o tempo dado aos candidatos pode ser decisivo e determinante para um ou outro se eleger, continuou a ser influente durante as campanhas e fez parte da visibilidade estratégica mesmo daqueles candidatos que utilizavam fortemente as redes sociais. Embora o candidato Bolsonaro tenha inflamado seus discursos e disseminado sua campanha através das redes sociais, este compareceu ao telejornal e fez uso de seu tempo de TV, ou seja, utilizou-se dessa mídia para atingir a grande massa, o que caracteriza que ela está longe de se tornar obsoleta como apontam alguns estudiosos.

Ao longo das campanhas, percebeu-se que os candidatos de eleições anteriores e com vasta experiência na política também aderiram às estratégias de campanha ao fazer uso das mídias digitais como o atual chefe do poder executivo. Com diversas frentes e bandeiras de luta durante o período que antecede as eleições, alguns desses atores estavam engajados em movimentos e também se utilizaram fortemente das possibilidades da internet como Boulos e a candidata Manuela D'Ávila, que fizeram das plataformas digitais verdadeiras pontes entre informação e cidadãos com esclarecimentos de projetos e futuras propostas para gerir o país. Os atores, de acordo com Recuero (p. 25, 2009), “atuam de forma a moldar as estruturas sociais, através da interação e da constituição de laços sociais”. Nesse sentido, há por parte desses candidatos preocupação com as instituições sociais, deliberação democrática saudável e um conjunto de medidas que possam atender às demandas da população e ao compromisso com o repasse de informações a respeito de questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

Ainda que os avanços tecnológicos tenham permitido uma gama maior de disseminar informação e conquistar o eleitorado, não é possível afirmar que as mídias tradicionais como a televisão e o rádio sejam extintos e não determinantes em processos eleitorais, tendo em vista este desenvolvimento e o mau uso das plataformas digitais, isso colaborou na disseminação de notícias falsas, causando um “mal-estar” social. Durante as campanhas, enquanto os candidatos inflamavam seus discursos, participantes da sociedade civil se engajavam para tentar combater essa onda de incertezas, de falseamento de informações, como no caso dos jornalistas que

trabalham com a informação baseados em seu código de ética, compromisso com a verdade e transparência no repasse de informação. Esses atores foram fundamentais para evitar um verdadeiro colapso nos processos democráticos do país. Contudo, o candidato eleito, atual presidente, baseou sua estratégia de campanha em fortes ataques a jornalistas, programas de televisão e foi incisivo em pautar sua candidatura no uso das mídias digitais ao dar declarações em vídeos, redes sociais e subjugar o papel das mídias tradicionais como não determinantes no processo decisivo das eleições 2018.

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC'S) trouxeram possibilidades de multiplicar e amplificar inúmeras vozes de grupos da sociedade civil, com isso, elas são importantes na construção dos processos democráticos para os avanços no país. Porém, o que se viu foram enxurradas de informações falsas e disseminação de ódio nas redes sociais e nos vínculos entre as pessoas, o que causou um abalo e momentos de incerteza de como a nação seria conduzida nos próximos quatro anos de governo.

As redes sociais podem ter sido determinantes na disputa eleitoral de 2018, mas não se pode negar que o tempo dado aos candidatos nas mídias tradicionais é ainda forte influente na formação de opinião por atingir grande parte do território nacional, mesmo que muitos façam uso dos *smartphones*, nem todos possuem internet, ainda que esta chegue a três em cada quatro domicílios do país, 74,4% (p. 5, PNAD).

Considerações finais

O Brasil esteve diante de um cenário político de significativos desafios. A democracia passou por transformações em que o jogo das identidades políticas não são vistos apenas nos noticiários de televisão e jornal, também há reivindicação de aberturas de maior representatividade e exposição como as permitidas pelas mídias digitais. Estes espaços que foram propiciados pela era tecnológica, mais precisamente com o desenvolvimento das redes sociais, possibilitaram que a rede de informação de candidatos, partidos e as campanhas eleitorais de 2018 se aproximassem das demandas da população, alguns com atuação independente e expressiva de muitos movimentos sociais, que promoveram a abertura de participação e opinião durante o processo eleitoral.

A forma de noticiar e de fazer campanha mudou, entretanto, esses novos formatos podem ser determinantes para eleger candidatos à medida que também acompanham a celeridade da informação. Assim, é preciso acompanhar essa dinâmica e a maneira como partidos e candidatos fazem uso das mídias e de como eles se colocam à frente dos processos

decisórios tão importantes para a continuidade de uma democracia legítima, com a inclusão e participação de todos os atores e organizações sociais.

O Brasil experimenta duras crises econômicas, mas também de identidade nacional, portanto um caminho possível será sempre a participação ativa de todos os cidadãos, que estes possam se inteirar dos processos de deliberação e estar ativamente engajados com as causas e demandas necessárias para o processo democrático.

As transformações sociais e midiáticas estão imbricadas nas discussões políticas e econômicas juntamente com a sociedade civil, e se espera com a democracia evitar a disseminação e descontrole de notícias falsas e a desinformação. Portanto, é fundamental respeitar os princípios constitucionais, porque eles são a forma legítima de garantias dadas pelo estado para que possa haver transparência nos processos eleitorais. Para isso, é preciso atuação regulatória das mídias com o engajamento e participação cidadã na luta e na trajetória de garantir que as campanhas sejam pautadas na busca de um país justo e democrático.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Maria Paula, CARREIRO, Rodrigo, BARROS, Samuel, GOMES, Wilson. **Democracia digital no Brasil: ênfases, estilos e preferências do Poder Executivo Federal em 2017**. XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 05 a 08 de junho de 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
BBC, Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42313908> Acesso em: 01 de agosto de 2018.
- BOURDIEU, Pierre, 19830-2002. **Sobre o Estado : Cursos no Collège de France (1989-92)** / Pierre Bourdieu; [edição estabelecida por Patrick Champagne... [et al.]]; tradução Rosa Freire d'Aguiar — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2014.
- CASTELLS, Manuel, 1942- **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade** / Manuel Castells; tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. – Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. **A sociedade em rede** / Manuel Castells; tradução Roneide Venancio Majer. – 18ª edição, revista e ampliada. – São Paulo: Paz e Terra, 2017. 9ª era da informação; economia, sociedade e cultura; v. 1)
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 01 de agosto de 2018.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** / Robert A. Dahl; tradução de Beatriz Sidou. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DE ALBUQUERQUE, Afonso. **Em nome do público: jornalismo e política nas entrevistas dos presidenciais ao Jornal Nacional**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.16, n.2, maio/ago. 2013.

ECONÔMICO, Jornal Valor. <https://www.valor.com.br/politica/5597217/bolsonaro-prioriza-internet-e-descarta-acordos-para-maior-tempo-na-tv> Acesso em: 01 de agosto de 2018.

GLASENAPP, Ricardo Bernd; DE FARIAS, Alessandra. **O processo de impeachment na Constituição Federal de 1988 e sua aplicação no caso Dilma Roussef**. Revista Paradigma, Ribeirão Preto-SP, a. XXI, v. 25, n. 1, p. 79-101 Jan./jun, 2016 ISSN 2318-8650

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios Contínua, 2018. **“Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC” no Brasil em 2017**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.htmlr/>>. Acesso em: 10 de julho 2019.

IBOPE. <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/jair-bolsonaro-fica-numericamente-a-frente-mas-tecnicamente-empatado-com-marina-silva-na-ausencia-de-lula-na-disputa-pela-presidencia-da-rep/>.

_____. <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/04/nova-pesquisa-ibope-para-eleicao-presidencial-de-2018.html>. Acesso em: 03 de agosto de 2018.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão** / Laurindo Lalo Leal Filho. – São Paulo: Summus, 2006.

LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana. **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis** / Roberto Leher, Mariana Setúbal, (organizadores). – São Paulo: Cortez, 2005.

LUPA, Agência de verificação de notícias. <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/> Acesso em: 01 de agosto de 2018.

MC ADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. (2009). **Para Mapear o Confronto Político**. Em Lua Nova 76. São Paulo: CEDEC.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 316 p.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet** / Raquel Recuero – Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTOS e SPINELLI, Jessica de Almeida e Egle Müller. **Pós-verdade, fake news e fact-checking: impactos e oportunidades para o jornalismo**. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo ECA/USP – São Paulo – Novembro de 2017.

TARDE, Gabriel de. 1843-1904. **A opinião pública e as massas / Gabriel Tarde: tradução Eduardo Brandão**. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005. – (Coleção tópicos)

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus** / Charles Tilly; (tradução Geraldo Gerson de Souza). - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. — (Clássicos; 7).

UOL, Agência de Notícias. <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/06/28/ibope-sem-lula-bolsonaro-tem-17-marina-13-ciro-8-e-alcmin-6.htm> Acesso em: 01 de agosto de 2018.